

FATOS E NOTAS

DESCRIÇÃO E MEDIDA EM HISTÓRIA SOCIAL (*).

por ALBERT SOBOUL

Professor de História Contemporânea da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris (Sorbonne).

As reflexões que se seguem poderão parecer de simples bom-senso. Mas, será mesmo o bom-senso a “coisa mais bem dividida no mundo?”

I

A quem quiser extrair os objetivos e os métodos da história social, uma primeira observação se impõe: todo domínio da história, inclusive o mais tradicional, implica em história social.

A história-batalha, hoje tão abandonada, pode, também, e deve ser história social. Que a importância dos exércitos, sua estrutura, seu equipamento, seu espírito estão estreitamente ligados ao meio econômico e social no qual eles foram criados e organizados, e que eles esclarecem este meio como, ao mesmo tempo, o meio os explica, é hoje uma verdade evidente: a “polemologia” (**), (que, sem dúvida, ultrapassa consideravelmente a história-batalha) pertence à história social. O mesmo acontece com a história factual (*événementielle*), com o gênero biográfico, com a história das ideologias.

A história puramente factual reencontra toda sua legitimidade ao ser retomada na perspectiva da história social. O episódico, com a condição de não ser apenas pretexto para simples curiosidade, pode

(*) . — Publicado na revista *L'information historique*, ano 28, nº 3, maio-Junho de 1966, págs. 104-109. Tradução de Nilza Branco e Carlos Guilherme Mota e revisão de Giselda da Mota.

(**) . — O historiador Gaston Bouthoul é o criador do termo “polemologia”, bem como do método que considera o fenômeno *guerra* como um fato sociológico que deve ser estudado de maneira científica. O termo “polemologia” evita confusão com a expressão “ciência da guerra”, aplicado tradicionalmente aos estudos de estratégia e de ciência militar. Bouthoul fundou o Instituto Francês de Polemologia em 1945, em Paris. Para maiores informações, consulte-se *Guerre et Paix*, 1º trimestre, 1966, PUF, págs. 3 e segs. (Nota dos tradutores).

ser freqüentemente alçado à dignidade do típico (embora nem todo episódio seja, necessariamente, típico). Que acontecimento pode ser mais banal, à primeira vista, que o massacre do conde de Dampierre pelos camponeses — evento semelhante a tantos outros em tempos de revolução — ocorrido em 22 de junho de 1791 aproximadamente às três horas da tarde, enquanto a pesada berlinda, que conduzia de Varennes a família real, se distanciava de Saint-Menehould? Simples episódio aos olhos dos contemporâneos: verdadeiramente, no entanto, o fato ultrapassa o episódio: trata-se de acontecimento típico de uma situação. A admirável análise de Georges LEFEBVRE mostra que a morte do conde de Dampierre não foi apenas um episódio fortuito (1). O conde era, desde muito, odiado pelos camponeses por seu fervor na cobrança de seus direitos feudais. O episódio se integra, sem dúvida, no terror (***) que se seguiu à fuga do rei. Através do fato político, transparece, como sempre, a motivação social que deu o impulso básico.

O gênero biográfico, tão cultivado pela história tradicional, pode e deve se integrar na perspectiva da história social. O indivíduo, por mais excepcional que seja, não pode escapar ao seu meio. O grupo social propõe ou impõe aos indivíduos seus quadros de pensamento e de atividade. Se as reações individuais contribuem para modificar o meio, êste, por sua vez, age sobre a formação do indivíduo. No plano da psicologia, o diálogo do eu e do próximo, do individual e do social é determinante. Precisemos, do ponto de vista que nos ocupamos aqui, a necessidade de se orientar para a biografia dos indivíduos que compõem a massa, como faz o *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, através da multiplicação das biografias com o objetivo de acentuar um certo tipo social (2).

Estas observações conduzem à colocação de alguns pontos de referência.

Em primeiro lugar, a história social traduz, antes de tudo, um estado de espírito, uma vontade. Sintetizando a *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Lucien FEBVRE diz que a história deve se fazer “com aquilo que, sendo para o homem, serve ao homem, ex-

(1). — Georges LEFEBVRE, *Le meurtre du comte de Dampierre*, in “Revue historique”, t. 192, retomada nos *Etudes sur l'histoire de la Révolution française*, 2a. ed., 1963, p. 393.

(***) — O Autor emprega, aqui, o termo *peur*, usado na história da Revolução Francesa para designar o período compreendido entre a queda da Bastilha e o 4 de agosto. As revoltas camponesas que agitaram tal período terminaram com a abolição dos direitos senhoriais (*Nota dos tradutores*).

(2). — *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, publicado sob a direção de Jean MAITRON. Primeira parte, 1789-1864, t. 1 A a Cz (1964) t. II. D a Ly (1965).

prime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e os modos de ser do homem” (3). Sem dúvida. Mas qual homem? Não o indivíduo naquilo que êle tem de específico e excepcional: a história social se refere ao homem enquanto membro de um grupo social e socialmente determinado. Lucien FEBVRE, de certa maneira, já o havia afirmado desde 1922 em *La terre et l'Evolution humaine* (4), pois que, acentuando a superioridade da história social, citava-a como tendo por objeto de estudo “não o homem, jamais o homem”, mas as sociedades humanas, os grupos organizados. Referimo-nos — ao nível da história *évènementielle*, que é preciso ser reintegrada numa concepção total da história — ao homem como membro de um grupo social e de uma sociedade humana.

Em segundo lugar, neste nível, a história social permanece essencialmente *descriptiva*. A descrição prevalece sobre a medida, o que não significa que ela não deva procurar as relações necessárias à explicação. No quadro do tempo curto, ao nível desta micro-história que tem por objeto o evento ou o indivíduo, a história social cuida da descrição, das ligações e das reações entre os homens e os grupos: reação do indivíduo às pressões do meio social, reação do meio ao ato individual. Ao reencontrar sua dimensão social, o episódico ou o individual adquirem tôda sua significação histórica.

II

A história social não é somente um estado de espírito; ela aspira, também, tornar-se uma disciplina particular no conjunto das ciências históricas. Neste sentido mais preciso, liga-se ao estudo da sociedade e dos grupos que a constituem, nas suas estruturas, como também, no ângulo da conjuntura, no tempo cíclico, e na longa duração. Daí as transformações do método, a superação do estágio *descriptivo* e a recorrência necessária à mensuração e ao quantitativo.

Quando se observa o movimento da historiografia francesa desde os últimos trinta ou quarenta anos, nota-se, ao mesmo tempo, os progressos e os atrasos da história social. Em 1929 foram fundados os *Annales d'histoire économique et sociale*, dos quais jamais se falará o suficiente, no que se refere ao seu papel inovador e fecundo (5).

(3). — Marc BLOCH, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* (1949), síntese de Lucien FEBVRE, retomado no *Combats pour l'histoire*.

(4). — Lucien FEBVRE, *La terre et l'évolution humaine, introduction géographique à l'histoire* (Bibliothèque de synthèse historique, 1922).

(5). — Como indicação metodológica encontramos na nota “A nossos leitores”, no 1º número, a denúncia às divisões entre especialistas. “Mas os muros são tão altos que, constantemente, impedem a visão (...). E' contra estes cismas terríveis que pretendemos nos levantar”.

A expressão, por tão longo tempo usada, de história *econômica e social*, traduz uma concepção estreita e mecanicista, hoje ultrapassada, de história social considerada como um simples apêndice da história econômica. De fato, os progressos de certo modo espetaculares desta última, onde triunfa o quantitativo, não foram acompanhados de um impulso paralelo da história social, por falta de um método específico.

No seu desenvolvimento histórico, a história social se apoiou primeiramente na história da conjuntura; num segundo tempo, ela se ligou, essencialmente, ao estudo das estruturas sociais.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA E HISTÓRIA SOCIAL.

Em 1932, aparecia a obra de François SIMIAND, *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*; em 1933, a de Ernest LABROUSSE, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe. siècle*; em 1934, a de Earl J. HAMILTON, *American Treasure and the price revolution in Spain, 1500-1650* (6). Estes trabalhos estabeleceram, com brilho, as exigências de uma história quantitativa, baseada essencialmente na necessidade de uma reconstituição, com números, do movimento dos índices econômicos fundamentais, a partir de séries homogêneas e contínuas. Tais trabalhos acentuaram, por isto mesmo, o quanto estava ultrapassado o método monográfico, caracterizado pelo descritivo e pelo descontínuo — método até aí largamente empregado mais pelos historiadores que pelos geógrafos.

Destas três obras, a de LABROUSSE deveria se revelar a mais frutífera para a renovação da história social. A história quantitativa conjuntural terminava, com François SIMIAND, em generalizações sociológicas. Na obra de LABROUSSE, a história dos preços, baseada num número limitado de séries escolhidas em função de seu valor estatístico e sua importância social, serve de suporte à história no sentido mais profundo, o das classes sociais na dinâmica de seus antagonismos. Saída das flutuações econômicas, ela conduz aos movimentos sociais, à evolução dos pensamentos, assim como às instituições, ao factual mesmo. O quantitativo serve de fundamento a uma história total.

Medimos, assim, a distância da história econômica à história social. Se os economistas se dedicam a um estudo puramente quantitativo das flutuações de preços e de lucros, o historiador social é, acima

(6). — Acrescentemos a de E. J. HAMILTON, *Money, prices and wages in Aragon, Valencia and Navarra, 1350-1500* (1936). Sobre a importância destes trabalhos do ponto de vista da história social, ver Pierre VILAR, *La Catalogne dans l'histoire moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales* (1962). T. 1, Prefácio, p. 16 (§ 2. A exigência de uma história conjuntural).

de tudo, sensível à sua significação humana; prende-se, mais particularmente, ao estudo da apropriação destes lucros pelas diversas categorias sociais. Os avanços e os recuos dos preços e dos lucros dão ritmo à vida material dos homens, mas o ritmo é diferente de uma classe social para outra, do grande proprietário senhorial ao diarista agrícola (7) . . . A história social está principalmente atenta ao movimento e às mudanças, em especial às oscilações de média amplitude que reduzem ou agravam as irregularidades e que “gastam” os mecanismos sociais.

Nêste nível, a história social é principalmente história quantitativa, com a condição, entretanto, que os dados numéricos que ela utilize não sejam desencarnados e dessocializados (o homem econômico, esta “abstração a expulsar da história”, segundo Ernest LABROUSSE) (8). Ela pressupõe, portanto, um conhecimento preciso das estruturas e dos mecanismos sociais, que a evolução da conjuntura veicula lentamente, mas dos quais ela evidencia, pelo jôgo das contradições, os vícios e o excesso de uso.

2. A HISTÓRIA SOCIAL, HISTÓRIA ESTRUTURAL.

O desenvolvimento da história social foi, assim, mais tardio: durante longo tempo, ela se restringiu a uma concepção estritamente descritiva. As descrições da “sociedade” se fixavam, essencialmente, nas classes dominantes e, apenas, para descrever suas opiniões e seus costumes, através de memórias, correspondências, papéis particulares, sem tentar medir suas rendas e seus lucros (9). Na melhor das hipóteses, a história social se detinha no estudo das condições materiais da existência, dos gêneros de vida, dos níveis de fortuna, de descrições fragmentárias e, muitas vêzes, episódicas. Daí seu atraso.

O estudo quantitativo das estruturas sociais não começou somente em 1955 ou 1956, como se tem levemente afirmado. E' necessário assinalar a publicação, em 1924, de *Paysans du Nord pendant la Révolution française*, de Georges LEFEBVRE (10); e, em 1942, dos estudos consagrados a *La bourgeoisie française de la fin de l'Ancien*

(7). — C.-E. LABROUSSE, *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution* (1944). Introdução geral p. XXI.

(8). — *Ibid.*, p. XXII.

(9). — A título de exemplo: L. DUCROS, *La société française au XVIIIe. siècle, d'après les mémoires et les correspondances du temps* (1922).

(10). — Georges LEFEBVRE, *Les paysans du Nord pendant la Révolution française* (1924, 2a. ed., 1959). Ver, do ponto de vista do qual nos ocupamos aqui, a síntese de Henri PIRENNE, na “*Revue Belge de philologie et d'histoire*” (1926, p. 198).

Régime à la Restauration, elaborados a pedido de Georges LEFEBVRE, por diversos pesquisadores, pela ocasião do 150º aniversário da Revolução Francesa, quase sempre ignorados (11). Na década de 1950, o estudo das estruturas sociais tomou um novo impulso. Recordemos a grande comunicação de Ernest LABROUSSE ao Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Roma, no ano de 1955, *Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe. et XIX. siècles (1700-1850)* (12). Lembremos, ainda, uma obra aparecida em 1962, mas há muito já estabelecida naquilo que tinha de essencial, e que parece não ter conseguido chamar, suficientemente, a atenção dos pesquisadores inquietos de metodologia: o tomo 1º dos *Études orléanaises* de Georges LEFEBVRE, *Contribution à l'étude des structures sociales à la fin du XVIIIe. siècle* (13).

Antes de qualquer outra consideração, seria necessário definir o que é uma estrutura social: entendemos, por isto, um conjunto orgânico de relações e de ligações lógicas, ao mesmo tempo econômicas, sociais e psicológicas, “que o tempo não chega a consumir totalmente e veicula com lentidão”, seguindo a expressão de Fernand BRAUDEL (14), e que é necessário estudar não apenas de um ponto de vista estático, mas talvez, mais que isso, na sua dinâmica. Trata-se de uma estrutura global, onde todos os aspectos qualitativos e quantitativos estão estreitamente ligados e solidários.

-
- (11). — *Assemblée générale de la commission centrale et des comités départementaux* (1939). Comissão de pesquisa e de publicação dos documentos relativos à vida econômica da Revolução, 1942, 2 vol. T. I, *La bourgeoisie française, de la fin de l'Ancien Régime à la Restauration*, pp. 33-248. Contribuição de Pierre BAYAUD (Albi), Alfred CHABAUD (Marseille), Eugène CORGNE (Pontivy), M.-G. LETONNELIER (Grenoble), Jean VIDALENC (Evreux). Veja no volume, a circular redigida por Georges LEFEBVRE e endereçada aos “Comités départementaux” e às “Sociétés savantes”, p. 9, guiando, particularmente, sobre os problemas de história da burguesia (de modo especial, as fontes).
- (12). — Ernest LABROUSSE, *Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe. et XIX. siècles (1700-1850)*, Xe. Congresso internazionale di Scienze storiche, Roma, 1855, *Relazioni* (1955), t. IV, p. 367.
- (13). — Georges LEFEBVRE, *Études orléanaises*, t. I, *Contribution à l'étude des structures sociales à la fin du XVIIIe. siècle* (1962). Observemos que esta obra já estava elaborada, no essencial, antes de 1945. É certo que, após esta data, o método quantitativo, em demografia histórica, particularmente, fez grandes progressos, e que a obra não está a par dos últimos dados. G. LEFEBVRE, entretanto, reestruturou, nos últimos anos de sua vida, o capítulo consagrado às estruturas sociais. Comparando a primeira redação deste capítulo (dada em apêndice, p. 228) e a redação definitiva (p. 137), poder-se-á medir o esforço de reflexão crítica e os progressos conseguidos. Georges LEFEBVRE julgava provisório o quadro de classificação proposto, esperando que se precisasse o método e se chegasse a um acordo. Não poderemos, entretanto, deixar de lado sua contribuição.
- (14). — Fernand BRAUDEL, *Histoire et sciences sociales: La longue durée*. *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, 1958, p. 725.

O ponto de vista quantitativo.

“Não é suficiente descrever, gostava de repetir Georges LEFEBVRE, é também necessário medir”. E, ainda, em 1956: “É-nos conveniente enumerar os elementos das diferentes classes sociais e das diversas profissões; adquirir, sobre cada um dêles, uma noção tão precisa quanto possível, de suas rendas e de suas propriedades; enfim, nós desejamos que o método estatístico precise nossos conhecimentos” (15). A quantificação aparece como o traço característico do pensamento moderno, comum a todos os ramos da pesquisa científica.

Era necessário, então, assentar a história social sobre uma vasta base demográfica e econômica: enumerar os homens, enumerar os membros das diversas categorias sociais e das diversas profissões, hierarquizar as profissões e, no interior de cada profissão, reagrupar os quadros profissionais segundo o critério de apropriação ou de privação dos meios de produção e, extrair de cada categoria, graças, principalmente, às fontes fiscais, um conhecimento exato das propriedades e das rendas, e de seu estado numa determinada data e no seu movimento. Em poucas palavras, levar a história social para o plano do quantitativo onde, há muito, já estava instalada a história econômica.

Em certo sentido a causa parece compreendida, hoje em dia. A informação estatística se impõe cada vez mais: o que não tentamos enumerar e calcular? Os homens, suas profissões e seus lucros, a repartição da propriedade e da riqueza, suas rendas e seus comportamentos sociais, suas opiniões políticas e suas práticas religiosas. Toda atividade humana dá lugar a uma análise quantitativa: único método válido para chegar, além do particular, a conclusões de ordem geral. Fique claro, entretanto, que nenhum dado quantitativo pode ser isolado, sob pena de deformar o real. Não há curva de salários historicamente válida sem a curva correspondente dos preços e sem uma análise do orçamento popular, assim como nos ensinou Ernest LABROUSSE (16). Ainda neste mesmo sentido, em todo estudo sobre a condição dos operários, é necessário integrar a noção de produtividade do trabalho.

(15). — Sobre o mesmo tema, ver Georges LEFEBVRE, *Un colloque pour l'étude des structures sociales, Annales historiques de la Révolution française*, 1957, p. 99; a propósito da enquête sobre a estrutura social, *Ibidem*, julho-setembro, 1958, p. 1.

(16). — Ver em LABROUSSE, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe. siècle*, o cap. V do livro VII, *Le mouvement du coût de la vie populaire et du salaire exprimé en biens de consommation*.

A história social está, assim, intimamente ligada às disciplinas vizinhas, senão e estreitamente dependente delas: demografia e história econômica, de modo especial. Isto não significa que seja disciplina de síntese, como alguns afirmaram. Apoiando-se largamente sobre os dados quantitativos, fornecidos pela demografia e pela história econômica, a história social os repensa e os supera. Não os pesquisa por seu valor intrínseco, mas por sua significação humana e sua importância social. Aos dados brutos, sem vida, ela prefere os relativos às diferenças sociais. Mais que às taxas brutas de natalidade e mortalidade, ela se prende aos números diferenciadores: a história social destaca o fato que se nasce mais ou se morre menos em determinado grupo social ou profissional: na região do futuro distrito de Caen, sob o reinado de Luís XVI, a mortalidade juvenil suprime 30% dos filhos dos diaristas, mais 21% dos filhos dos rendeiros (17). Tratando-se, por exemplo, da alimentação em Paris, em 1789, os dados quantitativos globais e as médias gerais não trazem, para a história social, significação alguma: mais esclarecedores são as diferenciações e os desníveis sociais (18).

“Cientificamente falando, tem-se afirmado, não há história social que não seja quantitativa” (19). Sem dúvida. Com a condição, entretanto, que se evite as ilusões dos algarismos e a vertigem do número. O historiador não deve ser levado por sua certeza enganadora, nem por sua precisão aparente (20). Os resultados obtidos estatisticamente possuem apenas um valor aproximativo; sugerem uma ordem de valores e se esclarecem por comparação; são preciosos para os antagonismos que explicitam entre as diferentes categorias sociais,

-
- (17). — François FOURNET, *La population du district de Caen sous le règne de Louis XVI (1774-1782)*, Actes du Quatre-vingt-unième Congrès national des Sociétés savantes. Rouen-Caen. 1956 — Section d'histoire moderne et contemporaine (1956), p. 69.
- (18). — Robert PHILIPPE, *Une opération pilote: l'étude de ravitaillement de Paris au temps de Lavoisier*, in “*Annales, Economie, Sociétés, Civilisations*”, 1961, p. 564. Crítica por Albert SOBOUL, *Annales historiques de la Révolution française*, 1961, p. 418.
- (19). — Adeline DAUMARD e François FURET, *Méthodes de l'histoire sociale. Les Archives notariales et la mécanographie*, in “*Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*”, 1959, p. 676.
- (20). — Sobre os excessos do método quantitativo, ver: Robert MANDROU, *Mathématiques et histoire, Crítica storica*, 1962, nº 1, p. 39, “A utilização do número parece ser a garantia séria de uma demonstração; a construção de uma curva, mesmo simplória, é considerada preferível a uma fina página de definições”. Sobre a tentativa de J. MARCZEWSKI e de seu grupo de edificar uma “história quantitativa da economia francesa”, ver Pierre VILAR. Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores, “História quantitativa” ou econometria retrospectiva? in “*Revue historique*”, nº 474, abril-junho de 1965, p. 293. A tarefa do historiador “é compreender, em uma interdependência muito mais vasta que a da contabilidade nacional, os mecanismos de todo o conjunto histórico onde o homem vive, cria, luta e morre”.

pelas especificidades de tempo e de lugar que revelam entre as diversas sociedades. Assim sendo, obras que permanecem clássicas, se fôsem retomadas hoje, comportariam um uso mais amplo da documentação estatística e uma melhor elaboração dos dados quantitativos: é o caso de *La révolution industrielle* na Inglaterra do século XVIII, de Paul MANTOUX, obra aparecida em 1905 (21).

Por que, efetivamente, reunir e classificar dados numéricos, se não fôr para responder a uma questão precisa? . . . Daí, a necessidade de definições e uma exigência de conceptualização. Pensemos nos problemas que colocam a história da burguesia ou a da propriedade fundiária.

O ponto de vista qualitativo.

Ao nível das estruturas, a história social não poderá se restringir ao quantitativo.

O evento, em sendo mensurável, deve ser, também, qualificado e apreciado. Estudando a repartição da propriedade ou da exploração fundiárias, no fim do *Ancien Régime*, o estatístico ou o economista se dedica essencialmente aos dados numéricos de superfície, expressos em hectares. Para um enfoque mais preciso da realidade social, o historiador, sem chegar às posições hiper-críticas de Pierre de SAINT-JACOB (22), não é tentado a procurar outros dados, a recorrer a outros critérios? Primeiramente, a natureza da propriedade; em seguida, a importância do impôsto feudal (23). O estudo da propriedade ou da exploração fundiárias, sempre no século XVIII, não será, socialmente, mais significativo se recorrermos, como sugeriu Jean MEUVRET, e, especialmente para as regiões de grande cultivo, à noção de *charrue* (arado), “entendida como a terra que se pode arar com uma parrelha de animais puxando o arado”: a natureza do solo e a maneira de atrelar engendram diferenciações e desníveis so-

(21). — Paul MANTOUX, *La révolution industrielle au XVIIIe. siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre* (1905, 2a. ed., 1959).

(22). — Pierre de SAINT-JACOB, *Les paysans de la Bourgogne du Nord au dernier siècle de l'Ancien Régime* (1960). “E’ necessário reconhecer que nós devemos à resistência dos privilégios a impossibilidade de conhecer exatamente a repartição e o valor da propriedade fundiária em 1789. E’, em 1793, que se estabelece a primeira grande estatística correta da propriedade. Antes disso, nas falhas do regime senhorial, nas insuficiências da administração fiscal, tudo é impenetrável. Não podemos nos reduzir a um imenso trabalho condenado, de antemão, a resultados fictícios” (p. 494).

(23). — Albert SOBOUL, *Note sur l'étude des documents fonciers au XVIIIe. siècle. Terriers, cadastres et compoix, Actes du Quatre-vingt-neuvième Congrès national des Sociétés savantes, Lyon, 1964. Section d'Histoire moderne et contemporaine* (1964), p. 231, (ver, em particular, p. 249).

ciais que não podem ser deduzidos somente do estudo das superfícies. Ou então, tratando-se do século XIX, é concebível estudar a repartição da propriedade fundiária sem estabelecer a importância da dívida hipotecária? (24).

Mais ainda: o quantitativo parece válido, essencialmente, para a análise dos grupos sociais. A enumeração dos homens e das categorias e a avaliação de suas rendas demonstra ao historiador o jogo dos mecanismos sociais. E' aqui que a descrição reassume seus direitos: é necessário medir, mas medir não é suficiente.

A estatística classificará, segundo os níveis de fortuna, os ricos e os pobres. Mas, como alguém se torna rico? e como alguém permanece pobre? Pierre VILAR chegou a escrever que pauperizações e enriquecimentos eram "os maiores problemas da história social" (25). Trata-se, agora, de precisar os mecanismos. Daí, sem cair num dogmatismo, a necessidade de uma hipótese privilegiada, de um esquema teórico que seja submetido à prova de reflexão e da pesquisa. Toda reflexão do historiador é continuamente solicitada pela teoria, e é, através da conceptualização e da teorização, que êle pode esperar isolar a anatomia e a fisiologia das sociedades.

O cálculo estatístico constitui o método por excelência para o estudo das estruturas sociais, mas somente será válido sob a condição de se apoiar sobre conceitos de base, claramente elaborados: a rejeição desta necessidade levará a se duvidar da história social como disciplina explicativa. Tratar-se-á, então, de se chegar a um acordo a respeito destes conceitos necessários e de suas definições, modificáveis certamente, e sempre sujeitos a aperfeiçoamentos. Qualquer historiador que reconheça o conceito de classe social para o século XIX, julga que êle se torna problemático para os três séculos dos tempos modernos (26).

(24) . — Georges LEFEBVRE, *Archives hypothécaires, Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, nov.-dez., 1959, p. 9. Ver também: Yves DENIS, *La dette hypothécaire en France au début de la Restauration, d'après une enquête du gouvernement, Actes du Quatre-vingt-neuvième Congrès national* (obra citada na nota 23), p. 347.

(25) . — Pierre VILAR, *Histoire sociale et philosophie de l'histoire. L'histoire et l'historien (Recherches et débats du Centre catholique des intellectuels français, caderno n° 47, 1964)*, p. 44. "Tornamo-nos ricos ou pobres pelo modo com que participamos da produção, com que nos situamos em relação à produção, seja em posição de força, seja em posição de fraqueza. E' o modo de aproveitamento da produção, é o mecanismo da acumulação que constitui o fato social significativo, esclarecedor" (p. 52).

(26) . — Ver Roland MOUSNIER, *Recherches sur les soulèvements populaires en France avant la Fronde. Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, 1958, p. 81. Do mesmo autor, *Problèmes de stratification sociale*, introdução a R. MOUSNIER, J. P. LABATUT, Y. DURAND, *Problèmes de stratification sociale. Deux cahiers de la noblesse, 1649-1651* (1965), p. 9.

O conceito de classe deriva, por excelência, do campo da enumeração e da elaboração estatística: esta última, porém, não pode chegar a resultados sólidos, se não se apoiar sobre eficazes critérios distintivos de categorias. Não podemos, dêste ponto de vista, nos limitar à distinção superficial dos quadros profissionais e dos níveis de fortuna e de renda. A noção de código sócio-profissional que a história social tomou emprestado à sociologia deve ser repensada. Entre os quatro grandes critérios de classificação social que propunha, Georges LEFEBVRE outorgou, finalmente, uma importância singular à propriedade dos meios de produção e à posição determinada pela participação nos produtos (27). Estes critérios não parecem válidos, apenas, para a sociedade capitalista e industrial, como já dissemos: esclarecem tôda a história social anterior da Europa ocidental (para falar apenas dela), da aparição da servidão à “gênese do arrendatário capitalista”, à “gênese do capitalista industrial” (28).

Em última análise, é de se perguntar: em se tratando do estudo das estruturas sociais, o critério mais seguro não seria o das relações de produção, isto é, do regime de propriedade e das relações entre classes sociais? Tal critério se refere ao elemento mais permanente e mais profundo da atividade humana: o trabalho e a produção. Elemento que traduz a totalidade de uma formação social e da sua relatividade espacial e temporal, estando ligado à evolução das forças produtivas (entenda-se por isto, ao mesmo tempo, o número de homens, os recursos explorados e as técnicas que presidem tal exploração). Elemento que determina, em parte, mas sobre um outro ritmo, a evolução das idéias (“Sobre o econômico repousa o social, escreve Ernest LABROUSSE, e sobre o social, o mental”) (29). A sociologia eleitoral ilustra esta ligação obrigatória e, relativamente, unilateral entre diferenciação social pelo critério material e comportamento político: a tese de Georges DUPEUX é esclarecedora a êstes respeito (30).

Resta, do ponto de vista qualitativo, uma última exigência: convém enriquecer e esclarecer o estudo das estruturas sociais pelo exame dos casos concretos que dão vida ao homem médio, representativo de um grupo social mais ou menos amplo. O descritivo e o qua-

(27) . — Georges LEFEBVRE, *Un colloque...*, artigo citado na nota 15, p. 104.

(28) . — Karl MARX, *Le Capital*, livro 1º, “O desenvolvimento da produção capitalista”, capítulos XXIX e XXXI.

(29) . — Ernest LABROUSSE, Prefácio à tese de Georges DUPEUX (ver nota seguinte).

(30) . — Georges DUPEUX, *Aspects de l'histoire sociale et politique du Loir-et-Cher, 1848-1914* (1962). Não poderíamos assinalar em demasia, do ponto de vista de que nos ocupamos aqui, a importância metodológica da Introdução (p. 11).

litativo retomam, agora, os seus direitos, singularmente enriquecidos pelo aproveitamento metódico de documentos, até aqui pouco explorados. Minutas de notários, documentos do Contrôlo e do Registro, arquivos hipotecários; sem dúvida, tais fontes documentais se prestam a um tratamento estatístico (pensemos nos contratos de casamento, nos inventários). Estas fontes são, ainda, utilizáveis no último estágio da pesquisa, quando a elaboração dos dados quantitativos permitiu um conhecimento exato das diversas categorias sociais e de suas ligações numéricas: os casos particulares, que têm valor como exemplos, revelados pelos documentos notariais, podem, então, ser recolocados em suas categorias definidas pela exploração estatística das fontes demográficas e fiscais. Não se trata, efetivamente, de pesquisar o episódico, mas de tornar preciso o típico e o representativo (31).

Humanizam-se, assim, os frios quadros estatísticos e as porcentagens. O estudo monográfico de determinado indivíduo, de determinada família, fundamentado por documentos notariais, acaba por ilustrar determinada categoria social: um caso típico toma valor geral de representação. A história social é, antes de tudo, a história dos grupos; os indivíduos, entretanto, não podem ser reduzidos a “sinais anônimos”; enquanto tipos representativos, êles são de seu domínio. Assim, o qualitativo e o quantitativo se unem numa aliança onde a precisão numérica caminha, lado a lado, com a análise descritiva, para reconstituir não um homem abstrato, mas “o homem comum. o homem indivisível” (32).

A propósito do método monográfico, duas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, a história social não poderia resultar da acumulação de monografias. De outro lado, e contrariamente ao que se tem dito (segundo J.-Y. TIRAT, “estudos monográficos variados e aprofundados” devem preceder “o trabalho de elaboração estatística pròpriamente dita”) (33), o tratamento estatístico não deve seguir a monografia, mas ultrapassá-la. A monografia deve ser representativa: é necessário, então, chegar a uma visão global da sociedade, antes de escolher os indivíduos a serem descritos. Em outras palavras, para descrever, com validade, é necessário situar; para situar é preciso quantificar. Quantitativo e qualitativo, descrição e medida são, estreitamente, solidários.

(31). — Ver Georges DUPEUX, obra citada na nota 30, Introdução, p. 21.

(32). — E. LABROUSSE, *La crise de l'économie française...*, p. XXII.

(33). — Jean-Yves TIRAT, *Problème de méthode en histoire sociale*, in “*Revue d'histoire moderne et contemporaine*”, 1963, p. 211.

III

A história social, quer se fundamente sôbre o estudo da conjuntura, quer se afirme estrutural, atinge tôda sua dimensão e seu sentido quando se circunscribe a uma história da psicologia coletiva, quando penetra as mentalidades próprias dos diferentes grupos sociais (34).

Da história social há que se tirar tudo o que se refira às relações profissionais, à formação dos espíritos e das consciências, à sensibilidade coletiva, enfim, a tudo que diga respeito à psicologia social. Tais estudos se situam em dois níveis: êles se dedicam, ao mesmo tempo, aos elementos psicológicos comuns a uma sociedade e àquêles que são próprios dos grupos sociais que a constituem (haveria, dêste duplo ponto de vista, tôda uma problemática de fontes e estabelecer). Mas, a estatística pode traduzir êstes eventos na sua totalidade? E' aqui que percebemos os limites de uma história social que se pretendia puramente quantitativa. Sem dúvida, podemos enumerar os comportamentos: os estudos sôbre a prática religiosa o provam, as cláusulas religiosas dos testamentos são matéria para tratamento estatístico (35). Mas, podemos medir a fé? Ou será que medimos, apenas, suas manifestações?

Estas diferentes ordens de eventos se situam nos três níveis do tempo histórico: tempo curto, tempo cíclico, assim como na longa duração, uma vez que importantes distâncias se interpõem entre os tempos da psicologia social e os da história econômica.

Ao nível dos acontecimentos, é possível enumerar as *émotions* populares, os *tumultes* bruscos, as *séditions*, as *batteries* e, também, os *remous* de opinião, os *murmures* (*), como o faz uma pesquisa em preparação sôbre os movimentos populares na França, de 1483 a 1787 (36). Já o tratamento estatístico das motivações sociais, religiosas ou políticas é mais penoso. Sem dúvida, a natureza e a qualidade das fontes intervêm aqui: tratando-se das greves dos séculos XIX e XX, o estudo quantitativo de suas motivações se revela mais fácil. De um modo geral, os eventos de luta de classes são enumeráveis estatisticamente, quer sejam individuais (pensemos, por exemplo, nos

(34). — Ver aqui, essencialmente, Georges DUBY, *Histoire des mentalités, L'histoire et ses méthodes* (Encyclopédie de la Pléiade, 1961), p. 937.

(35). — M. VOVELLE, *Déchristianisation spontanée et déchristianisation provoquée dans le Sud-Est sous la Révolution française*, *Bulletin de la Société d'Histoire moderne*, 12a. série, n° 31, sessão de 4 de outubro de 1964, p. 5 (p. 7, "Une planche de salut: les clauses religieuses des testaments").

(*) — Tais expressões guardavam sentidos específicos no período considerado. (Nota dos tradutores).

(36). — Roland MOUSNIER, *Recherches sur les soulèvements populaires en France de 1483 à 1787*. Questionário (s.d.).

crimes rurais dos séculos XVIII e XIX) ou coletivos; mas, a consciência de classe não requer a intervenção, essencial, da descrição qualitativa?

A dificuldade é constatada, ainda, ao se traduzir em quadros estatísticos os mecanismos mais amplos que animam os grupos e que se impõem aos indivíduos. Trata-se não mais de acontecimentos rápidos ou de mutações bruscas, porém de oscilações de média amplitude que, de geração a geração, conduzem a modificações no pensamento e na sensibilidade. O mesmo há que se dizer a respeito dos quadros mentais, das estruturas psicológicas, dos quais Fernand BRAUDEL escreveu que eram “prisões de longa duração” (37): representações religiosas, concepções da sociedade e do mundo, regras e modelos de comportamento social.

Igualmente inquieta por penetrar as mentalidades e as estruturas, a história social se vincula a êstes problemas de psicologia coletiva. Seu estudo exige uma observação sobre um ritmo mais longo das persistências e das ligações entre indivíduos e grupos: a história social se apoia, ao mesmo tempo, sobre o social e sobre o individual. Mas, pode ela recorrer à enumeração e a um tratamento estatístico dos dados numéricos? Sem dúvida, podemos tentar uma análise quantitativa da *sans-culotterie* parisiense. Mas, como fazer corresponder aos dados numéricos a noção de *sans-cullotisme* que define, não mais critérios econômicos e condições de vida, mas, uma prática política, um comportamento coletivo e uma moral social, — *sans-cullotisme*, “afeição, segundo um contemporâneo, pela qual o homem se une ao destino dos seus semelhantes, disposição preciosa do caráter e o fruto de uma educação nacional” (38).

A dificuldade é grande: ela provém de que os eventos da psicologia social não são sempre passíveis de serem traduzidos em símbolos ou quadros estatísticos. Mas, se os arquivos notariais ou os arquivos judiciais se prestam a um duplo tratamento quantitativo e qualitativo, acontecerá o mesmo com as memórias, as correspondências ou os papéis privados, também essenciais? . . . Sim, talvez, se nos referirmos não apenas aos progressos recentes da lingüística ou da semântica automática, mas, também, às pesquisas em andamento sobre a crítica de textos, que se caracterizam por ensaios de aplicação das estruturas matemáticas: são elas que permitem esperar ultrapassar a análise descritiva tradicional dos textos históricos, por recurso sistemático à mensuração e à estruturação lógica (39).

(37). — Fernand BRAUDEL, artigo citado na nota 14.

(38). — Albert SOBOUL, *Les sans-culottes parisiens en l'an II* (1958), p. 431, n.º 129.

(39). — Ver Tzvetan TODOROV, *Procédés mathématiques dans les études littéraires*, in “*Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*”, 1965, p. 503.